

"Devagar com o andor que o Santo é de barro"

Enquanto ganha corpo a tese de que o presidente da República deve promover, em grande estilo, uma reformulação do seu ministério, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luis Henrique, está preocupado com outra questão. Estabelecer, o mais rápido possível, o regime de Governo para o Brasil.

Irônico, rotulando a reforma ministerial como uma atitude semelhante à do marido traído que apenas troca de casa sem abandonar a mulher infiel, para Luis Henrique, optar pelo presidencialismo ou parlamentarismo é fundamental. E não a fixação do mandato de Sarney.

Defensor da manutenção da Aliança Democrática até a promulgação da nova Constitui-

ção, o líder do PMDB cultiva a certeza de que forças externas e internas estão, efetivamente, investindo na queda do Governo. Apesar disto, Luis Henrique faz questão de inocentar o governador de São Paulo, Orestes Quercia, que em sua opinião apenas se excedeu em suas recentes declarações.

Nesta entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, o líder Luis Henrique, além do mais, recomenda aos segmentos mais radicais da esquerda uma estratégica moderação. Para inviabilizar radicalismos semelhantes aos que derrubaram o presidente chileno Salvador Allende, lembrando que "é preciso ir devagar com o andor porque o santo é de barro".

Entrevista a Sérgio Chacon (Editor de Política) e Wilson Teixeira Soares (Coordenador de Política)

A sociedade, como um todo, está descontente com o Governo desde a falência do Plano Cruzado. O PFL critica a política econômica do presidente José Sarney. Denúncias sobre o processo de desestabilização do Governo acumulam-se. A classe média encontra-se insatisfeita. Segmentos da esquerda brasileira investem sobre o Presidente da República. Deputado Luis Henrique, o Governo está caindo?

R — Acho que tem muita gente querendo que o Governo cala. Há forças externas e internas investindo neste. Aliás, as mesmas forças que foram despojadas do poder e que estão sedentas de poder. As viúvas do poder pararam de chorar a sua viuvez e estão articulando gulosamente o seu retorno ao poder. Nós vivemos um período de turbulências, é verdade, mas mesmo no meio dessa turbulência em que estamos vamos encontrar caminhos seguros que nos conduzam à democracia estável e perene.

Trocar ministros e mexer na política econômica seria uma atitude sensata neste momento em que existe um descontentamento em decorrência da falta de rumos do Governo?

Trocar ministro é como o marido traído trocar de casa. O que existe é uma crise conjuntural. Uma crise que se agudizou rapidamente e que precisa ser contornada. E nós, do PMDB, estamos oferecendo alternativas à equipe econômica para contornar os problemas. Nós fomos por 20 anos o País do tambor, e agora estamos exercitando o toque do violino. Ou seja, em vez de ficarmos apenas criticando estamos — o PMDB — procurando oferecer alternativas oriundas de um grupo de trabalho de economistas do PMDB no campo

das altas taxas de juros, da inflação e do Imposto de Renda.

Que alternativas concretas o PMDB está oferecendo para cada um desses problemas?

Nós já conseguimos modificações importantes no Imposto de Renda. Além disto, viabilizamos algumas linhas de crédito para reativar a economia e evitar que mergulhemos no estado recessivo. Agora, estamos insistindo com muita veemência, e encontrando clima favorável no Ministério da Fazenda, em um programa de ações imediatas que permita derubar os altos spreads que vêm sendo cobrados pelos bancos e que elevam os juros bancários à estratosfera.

Abertura dessa linha de crédito para microempresas configura medidas onerosas para a União. Como é que se compatibiliza isto com a crise?

Essa visão monetarista levou o Brasil ao poço sem fundo em que ele se encontra. É preciso repetir a verdade: as causas estruturais da crise que estamos vivendo foi a política de arsa quarterião que o sr. Delfim Netto implementou através de decretos-leis que ele chamava de Trens de Xangai. Os Trens de Xangai do sr. Delfim é que levaram o País a esta situação ferroviária do descontrolo, do descrédito e das dificuldades. Entretanto, quando se coloca capital de giro na mão do micro, do pequeno e médio empresário, que são os grandes empregadores desse País, mantem-se a economia ativa e crescente, gerando novos impostos, novos recursos.

Enquanto o PMDB costura um plano a ser adotado imediatamente, os governadores de São Paulo, Rio e Minas Gerais exigem providências do presidente José Sarney que envolvem a decapitação de Funaro.

Ninguém pode duvidar da dignidade e da lealdade partidária do governador Orestes Quercia. E evidente, no entanto, que o governador paulista se excedeu.

Com evidente prejuízo para as intenções do Governo, pois a posição dos governadores enfraqueceu o caudex de Funaro.

É lógico. As negociações, inclusive, corriam muito bem até essas declarações acontecerem. O FMI já estava admitindo a necessidade de mudar sua política, deixando de lado os planos recessivos.

O presidente José Sarney já admitiu a existência de

O Quercia se excedeu. Mas ninguém pode duvidar da dignidade e da lealdade do governador de São Paulo

manobras internas e externas para desestabilizar o Governo. O ministro Dilson Funaro, também. Não é no mínimo estranho que os governadores, exatamente aqueles que foram eleitos em função das medidas econômicas adotadas pelo Governo no ano passado, deem uma prova de insensibilidade política e de falta de coesão, inclusive a nível partidário?

Qual a grande necessidade do Brasil, hoje? Coesão interna em função do enfrentamento em torno da

dívida externa. Nesta sexta-feira, os jornais reproduziram declarações do secretário-assistente do Tesouro para assuntos internacionais do governo norte-americano, David Mulford, advogando a demissão do Funaro. Ora, se isto não é ingerência na soberania brasileira, o que é? Quem tem de avaliar se algum ministro deve ou não sair é o Presidente da República. Ninguém tem o direito de colocar a faca no peito do Presidente em favor da demissão do ministro Aureliano Chaves ou de qualquer outro.

O sr. também endossa as denúncias de que forças externas procuram subverter o processo de transição democrática?

Nós do PMDB sabemos — e disto eu faço aqui uma denúncia —, que um funcionário do Departamento de Estado norte-americano, de nome Elkin Taylor, esteve recentemente no Brasil conversando com lideranças empresariais e políticas para articular a exoneração do ministro Funaro. E isto é inadmissível para qualquer cidadão que se julgue um democrata.

E a que o sr. credita essa orquestração?

Em função do principal acerto na condução da política de negociação da dívida externa brasileira, no sentido de que ela não seja paga com o sacrifício da recessão, da quebra das empresas, do desemprego, do arrocho salarial, como sempre exigiu a ortodoxia do FMI e dos credores internacionais. Ora, isto está incomodando os credores e seus aliados brasileiros. Mas nós não podemos admitir a possibilidade de o ministro cair porque o secretário do Tesouro americano assim deseja. Nem porque o presidente do Citycorp, John Reed, decidiu anunciar que até o fim deste mês o Brasil terá um novo ministro negociando a dívida.



Quanto menos se falar no mandato do Sarney será melhor para a transição. Antes temos de definir o regime

Na quarta-feira, dia oito, durante a eleição da Comissão de Sistematização, alguns parlamentares do PFL garantiam que, dentro de aproximadamente 15 dias, o ou embaixador Marcellio Marques Moreira ou Elezer Batista deverá assumir os destinos econômicos do País. Não é chegado o momento, já que o PFL parte para este tipo de ação dentro do Congresso, de se rever a Aliança Democrática?

Quem está revendo a aliança é o PFL, que através de seu líder na Câmara, o deputado José Lourenço, foi quem primeiro abriu as baterias contra o ministro Funaro e o Presidente da República. O PFL fez um discurso veemente contra a política econômica do Governo e contra a suspensão do pagamento da dívida dois dias antes de o Presidente decretá-la. Eu acho que essas ações dificultam não a Aliança Democrática, e sim o próprio Governo do presidente Sarney. Nós, contudo, não podemos ficar na posição oportunista de aplaudir o

Governo quando ele acerta e de vilipêndiar quando erra. Quem, do PFL ou do PMDB, não foi beneficiado pelo Plano Cruzado?

A situação atual, entretanto, não cabe em grande parte ao PMDB, que não forçou o Governo a corrigir os rumos do Plano Cruzado a partir do seu terceiro mês de vida?

Nós estamos atravessando um mau momento que eu, porém, considero conjuntural e superável. O que a liderança do PMDB na Câmara está procurando fazer é levar suas melhores cabeças nessa área para dentro do Governo para oferecer alternativas. O momento deveria ser de união nacional, pois se a política brasileira está incomodando os credores internacionais é porque ela está certa. Afinal, o Brasil pagou nos últimos dois anos muito mais do que a Alemanha pagou de reparações à Inglaterra e à França pela primeira Grande Guerra. O Brasil transferiu, nos últimos cinco anos, 55 bilhões de dólares. Apenas nos dois últimos anos o Brasil transferiu 24 bilhões de dólares e só recebeu dois bilhões de refinanciamento. O Brasil trabalha para gerar dólares que vão alimentar a abulemia do sistema financeiro internacional, do City Bank, que aplicou no Brasil cinco por cento de seus empréstimos mundiais e obteve nos anos de 1982 e 1983 22% de sua lucratividade mundial.

O Governo, apoiado por forças antagônicas como são o PMDB e o PFL, está imobilizado. Até quando o Governo pode ficar parado?

Até a libertação do País. O PMDB e o PFL têm de ser solidários até a promulgação da Constituição. Quando da campanha para a eleição do sucessor do presidente José Sarney, o PFL estará em um palanque e o PMDB em outro. Mas até lá é preciso estarmos juntos, correndo na mesma direção, em busca da mesma voz, do mesmo desembocadouro que é a democracia brasileira.

Mas se a política econômica brasileira está voltada para o trabalhador, como se explica que a CUT esteja contra as medidas chanceladas pelo Governo?

Eu acho que alguns setores das esquerdas estão cometendo um erro de avaliação. Aliás, as esquerdas já pagaram um preço muito caro não só no Brasil como na América Latina por seus históricos erros de avaliação. O caso mais recente é o do Chile, onde os trabalhadores puseram em greve, cessaram o abastecimento, a população se irritou e com isto, Allende foi derrubado. Hoje, há figuras de expressão dessas áreas mais populares que estão conscientes da necessidade de uma

trégua, de um pacto. O Lula, por exemplo, é um dos que está muito consciente. Além dele, há figuras dentro do Partido dos Trabalhadores, como o Plínio de Arruda Sampaio, conscientes disto também: de que é preciso ir devagar com o andor porque o Santo é de barro.

O Meneghelli, no entanto, parece que não está nessa linha do Lula.

Mas eu acredito na liderança do Lula e acredito no bom-senso do Meneghelli, que é um líder sindical de grande expressão. Por ele também ter essa preocupação ele se dispôs a conversar com o Presidente. E foi um fato marcante a conversa do Presidente com as lideranças sindicais. As esquerdas brasileiras precisam ter consciência de que essa política de desestabilização vai acabar quebrando o pote.

Em função do panorama político-econômico caótico que o País atravessa o PMDB admite discutir eleições diretas para Presidente da República ao término da Constituição?

O PMDB é um partido aberto e vai discutir a questão do mandato. Mas como nós estamos vivendo um processo de transição, eleições diretas tanto podem servir à consolidação da transição como à aceleração do processo de desarticulação interna. Este é um assunto, por sinal, que está sendo discutido no partido com muita responsabilidade. Até porque existe, para mim, uma questão precedente à da duração do mandato: que tipo de regime vamos ter? Presidencial, parlamentar tradicional? Ou o moderno regime parlamentar misto?

Mas o presidente quer definir antes o mandato. E quer definir até maio. O sr. acha possível definir-se o regime e o mandato em apenas um mês e meio? Não. Eu acho difícil. Entregar ao PMDB a responsabilidade de encaminhar a discussão e a fixação do prazo do mandato não foi, na realidade, uma bem encontrada fórmula para empregar o partido, que dispunha exatamente da arma do mandato para acossar o presidente José Sarney?

Eu não creio nisto. Acho que quanto menos se falar no mandato melhor será, nesta fase, para a transição democrática. Primeiro, nós temos que definir o regime. E teremos que definir esta questão já. O sr. dispõe de algum levantamento da bancada do PMDB em relação ao mandato do presidente José Sarney?

Não. Essa questão ainda não foi desencadeada. O Presidente entretanto, já solicitou que o sr. encaminhasse o debate dentro da bancada.

Nós tivemos vários episódios que consumiram a nossa atenção durante as 24 horas do dia. Primeiro, tivemos a eleição onde eu e o senador Mário Covas disputamos a liderança do partido na Constituinte. Depois, essa difícil geografia da constituição das comissões e a eleição de seus presidente, vice-presidente e relatores.

Mas o presidente José Sarney acha prioritária a definição do mandato. Legitimidade que ele próprio colocou em dúvida ao pedir que o PMDB encaminhasse o debate sobre o prazo. Afinal, o País possui uma Constituição, ainda que utópica, em plena vigência, por não ter ocorrido uma ruptura institucional.

Essa questão foi colocada pelo presidente Tancredino Neves e depois pelo próprio Sarney, que em declarações públicas dissera que o mandato deveria ser definido pela Constituinte, mas que, em princípio, ele achavam que o mandato deveria ser de quatro anos. Essas declarações, anteriores até ao desencadear do processo, é que geram essas especulações. Na verdade, o mandato está fixado em seis anos. Eu quero dizer que a questão do mandato está presa a uma questão anterior: qual é a definição do regime?

O sr., pessoalmente, é a favor de seis, cinco, quatro anos ou diretas já?

Eu vou, primeiro, ouvir a bancada para depois manifestar a minha posição. Percebo, contudo, a tendência no sentido de se colocar essa questão no meio de dois extremos. De um lado, há o extremo de quatro anos. Do outro, o de seis anos. A tradição dos mandatos dos presidentes brasileiros era de cinco, depois de que o regime autoritário espichou o do Figueiredo para seis anos. Uma opção válida é a da média dos extremos.

Quem fala na média é o Dr. Ulysses Guimarães, porque os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas querem quatro. Já os governadores querem seis, porque lhes é mais conveniente.

No partido, além dos que defendem uma posição doutrinária, há os que defendem seus interesses eleitorais. O que é válido, pois político não é político. Então, essa questão tem de ser trabalhada dentro do PMDB para se chegar a uma posição média.

Em função de seu cargo de líder, não lhe é conveniente revelar sua opinião. Para o sr., entretanto, seria conveniente, aprovado o regime parlamentarista, o mandato de oito anos, fixando-se o prazo de quatro anos na alternativa da manutenção do presidencialismo?

Em qualquer dos dois casos, sou favorável ao mandato de cinco anos.

O mandato do presidente José Sarney é um mandato de transição. A promulgação da nova Constituição determinará o fim da transição no Brasil ou ela será mais longa neste caso, com alguns riscos?

A transição só terminará com a posse dos novos chefes de Governo e de Estado, que será um único, mantido o presidencialismo. Na verdade, não seremos nós que alongaremos o período de transição, um processo que independe de nossa vontade. E que, por isto, tanto pode se encurtar como se prolongar por mais dois ou três anos.

E qual a possibilidade de o Congresso decidir por sua dissolução uma vez encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, viabilizando, assim, eleições gerais simultâneas em todos os níveis no País. O sr. acha conveniente adotar-se esta tese?

Eu não creio que isso seja uma boa solução, até porque o povo legitimou os governadores e os constituintes dentro de mandatos preestabelecidos. Por que desfazer o que o povo fez? E o povo sempre faz com muita sabedoria. Por que extinguir o mandato de um Waldyr Pires, que realizou a façanha de derrotar, na Bahia, as forças que dominaram o Estado durante décadas? Eu, sinceramente, não vejo razão para apoiar essa tese.